

# RESSIGNIFICAR O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA OBRA INFÂNCIAS NEGRAS (2023)

Camila Maria Dos Santos <sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo se origina na iniciação científica do Curso de Pedagogia da UNIFACOL-PE e da leitura decolonial da obra *Infâncias Negras* (Gomes; Araújo, 2023). O seu objetivo foi: identificar aspectos de resistência à ofensiva da colonização na educação infantil e as implicações disso para o empoderamento das infâncias negras. Teoricamente, por um lado, foram mobilizados os recursos do pensamento decolonial de: Segato (2021), Bellestrin (2013), Gomes & Araújo (2023) e Gomes (2020). Por outro lado, descrevemos como o movimento negro educador reagiu às tentativas de dominação conservadora na educação infantil por parte de reformas educacionais que atingiram a práxis docente crítica à colonização da educação. Nesta direção, a reforma da BNCC e os ataques conservadores à educação no governo Bolsonaro foram abordados sob a ótica de Gomes (2020), (Laval; Verne, 2023). Metodologicamente, nossa pesquisa foi de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, filiada ao interpretativismo científico. A coleta de dados se deu a partir de fichamentos/análises e leituras de artigos e livros que se correlacionaram efetivamente ao tema. Para analisar os dados, utilizamos a proposta de análise interpretativa do fenômeno (Ghedin; Franco, 2011). Por fim, nossas considerações finais sinalizaram que o processo de emancipação das infâncias negras na educação infantil se dá a partir das ações de reafirmação da identidade desenvolvida pelo movimento negro educador que ao interagir com a práxis docente busca emancipar as infâncias negras nas diversas linguagens que são construídas na educação infantil e que foram observadas durante a realização deste estudo.

**Palavras-chave:** Infâncias Negras, Pensamento Decolonial, Educação Étnico-Racial, Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

A resignificação do processo de colonização na educação infantil é um tema que ganha cada vez mais relevância nas discussões contemporâneas sobre diversidade e inclusão. Ao refletirmos sobre essa temática, é fundamental considerar as contribuições de pensadores crítico ao processo de colonização das potências do sujeito da educação. Dentre tantos, Segato (2021) tem mobilizado uma análise crítica sobre as relações de poder e as narrativas históricas que governam a prática educativa contemporânea. Nesta mesma direção de compreensão crítica ao processo de colonização do sujeito da educação emerge "*Infâncias Negras*" proposta por Gomes & Araújo (2023) tal texto foi o nosso objeto de estudo neste artigo o que nos deu a oportunidade de compreender como o pensamento decolonial mobiliza uma visão crítica sobre as tentativas de

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia e bolsista de iniciação científica do Centro Universitário UNIFACOL-PE, [camilamariasantos775@gmail.com](mailto:camilamariasantos775@gmail.com);

colonização das infâncias negras na realidade contemporânea da educação brasileira. Na esteira dessas ideias o olhar crítico mobilizado por Gomes e Araújo (Idem) para refletir sobre os processos de tentativa de colonização da prática docente infantil as garantias da educação como um direito social defendida pela CF de 1998 é posta em cheque com os ataques a educação mobilizada pelo pensamento conservador contemporâneo, tais como: a emergência da proposta da escola nova, a tentativa da implementação da reforma do ensino médio, a defesa da BNCC baseada nos moldes utilitarista da neoliberalização da educação entre outros ataques ao processo de formação do sujeito da educação (Laval, 2012; Gomes, 2021).

Nesse sentido, a partir desse contexto desenhado acima emerge nossa proposta de pesquisa que teve por objetivo. Identificar aspectos de resistência à ofensiva da colonização na educação infantil e as implicações disso para o empoderamento das infâncias negras. Tal direção da nossa investigação se deu de forma coerente com a preocupação de compreender a criança como um sujeito social capaz de construir sentido para o seu mundo.

Ao assumir a postura progressista e decolonial de repensar o empoderamento da educação infantil, nosso artigo reafirma a relevância de compreender a criança como um ator social, pois a partir desse novo olhar que o campo da educação mobiliza para o reconhecimento da criança como um sujeito de direitos, advém do movimento de reconstrução social sobre a representação social que a sociedade havia construído sobre a criança, concebendo-a como um sujeito passivo do processo de socialização, a qual ao ser inserida num programa pedagógico positivista e repetitivo conseguia-se êxito educacional, pois conteúdos internalizados tinha a função de ratificar e assegura o processo de aprendizagem de regras morais rígidas tornado as crianças um sujeito passivo, dócil que simplesmente reproduzem a normas sociais apresentadas na escola. Assim sendo, a criança é compreendida como sujeito receptor dos saberes depositados pelo professor, que é o protagonista inquestionável no processo de instrução das crianças. Tal descrição desse modelo tradicional de educação foi cunhado como educação bancária por Paulo Freire na obra Pedagogia do Oprimido (1982).

Reinventando a ideia da infância, como nos propõe Gomes e Araújo, compreendemos que a criança deixa de receptora passiva dos preceitos morais para ser construtora do mundo, o que a permite mergulhar nas tramas interacionista da sociedade, compreendendo a cultura como um conjunto de prática, valores e modos de existir instituído no modo de agir cotidianamente. Ou seja, ela tem a potência de

ressignificar a sua existência a partir da presença crítica e ativa do educador comprometido com o empoderamento étnico-racial do sujeito da educação.

A seguir, delineamos nosso itinerário metodológico.

## **METODOLOGIA**

Nesta seção, buscamos compreender a natureza do estudo, a classificação quanto ao objetivo de investigação e a natureza da pesquisa. Metodologicamente, construímos uma pesquisa básica, que busca a geração de novos conhecimentos a fim de ressignificar o processo de colonização das infâncias negras no contexto contemporâneo de resistência da práxis docente aos mecanismos de colonização do sujeito da educação. Nesta direção, nossa pesquisa, quanto a natureza, é do tipo uma pesquisa básica, ou seja, visa construir saberes discursivos, compreensivo de um determinado campo de investigação. Neste caso, nos interessa compreender como as educadoras mobilizam práticas antirracistas e quais as implicações disso para o empoderamento das infâncias negras. Quanto à classificação, nossa pesquisa é do tipo interpretativa. Isto é, nossa investigação terá o compromisso de detalhar, esmiuçar, descrever aspectos significativos da investigação que permita aos pesquisadores compreender como a discussão das pesquisas antirracistas têm mobilizado novas formas de ressignificar a dominação dos corpos das infâncias negras. Com relação à abordagem, nossa pesquisa filia-se ao campo de estudo das pesquisas qualitativas, a qual procura realizar uma compreensão do significado do objeto de investigação delineado pela pesquisa.

Dado a complexidade de investigar o fenômeno educativo o método interpretativo da realidade pedagógica nos parece relevante, segundo (Ghedin; Franco, 2011, p. 104-5), tal complexidade advém do fato de que:

Sabe-se que o fenômeno educativo não é facilmente aprendido, quer pela expansão, pela flexibilidade, variabilidade, porosidade de seu acontecer existencial, quer pela incapacidade dos métodos e técnicas da ciência dita tradicional em captar toda a dimensão e potencialidade desse objeto tão mutante, tão metamorfósico, carregado de valores, de intencionalidade e de projetos implícitos. Tais características inerentes aos fenômenos educativos, carregados de finalidades e subjetividades, transcendem o plano da subjetividade, dos critérios de rigor científico que permearam a representação tradicional da ciência.

Quanto aos procedimentos nossa pesquisa é do tipo bibliográfica. Nesta modalidade de estudo a campo de investigação é formado pela diversidade de produção

acadêmica devidamente reconhecida pela pesquisa científica. A coleta de dados foi empreendida por meio de fichamentos e análises de artigos e livros que dialogam diretamente com o tema proposto. O processo seguiu as seguintes etapas:

1. Seleção de Fontes: Foram escolhidos textos que abordam a colonização na educação, teorias decoloniais, e a representação da infância negra. A busca incluiu obras clássicas e contemporâneas, bem como artigos científicos relevantes;
2. Leitura Crítica: Cada texto selecionado foi lido de forma crítica, visando extrair conceitos, discussões e reflexões que se relacionassem com a temática central da pesquisa;
3. Fichamento: Para organizar as informações, foram elaborados fichamentos que sintetizam as principais ideias e argumentos dos textos, evidenciando suas cooperações para a análise decolonial da educação infantil;
4. Análise Comparativa: As informações coletadas foram comparadas e contrastadas, buscando identificar convergências e divergências nas abordagens dos autores em relação ao processo de colonização e suas implicações na educação infantil;

Com efeito, a metodologia proposta oferece um caminho para esquadrihar e ressignificar as narrativas da colonização na educação infantil, promovendo uma análise crítica e reflexiva que pode contribuir para uma prática pedagógica mais justa e equitativa. Por meio da análise de obras como "Infâncias Negras", é possível vislumbrar novas formas de educar que valorizem a pluralidade cultural e histórica, essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção da pesquisa, apresentamos os principais recursos explicativos e seus respectivos autores que fundamentaram nossa discussão. Nesta direção, apresentamos a discussão sobre a necessidade de ressignificação do processo de colonização na educação Infantil, embasados tanto nas ideias de Segato (2021) e sua discussão do pensamento decolonial, quanto na obra de Gomes e Araújo (2023).

De forma geral, a ideia de colonização proposta pelo mestre Aníbal Quijano se apresenta como um quadro de referência que interpreta os principais fenômenos de desigualdade social constituídos nas relações de poder que foi utilizado pela sociedade eurocêntrica para dominar as sociedades/comunidade latino-americana "identificada" pelo pensamento eurocêntrico como inferior ou subalterna. Nesta direção a

desigualdade de classe, gênero, raça, o fenômeno do patriarcado e o poder oligárquico do Norte global são constituído por um sistema de dominação que Quijano denominou de colonialidade de poder (Bellestrin, 2013)

Com isso, o campo da educação mobilizou uma nova ferramenta de interpretação do fenômeno da desigualdade social e educacional. Nessa direção a colonização não se restringe a um processo histórico; suas consequências reverberam até os dias atuais, especialmente nas práticas educacionais. Segundo Segato (2021, p. 27) "a colonização instaurou um modo de produção cultural que marginalizou e silenciou as vozes de grupos historicamente subalternizados". A educação infantil, muitas vezes, reproduz essas dinâmicas, ao ignorar ou distorcer as histórias e culturas das populações negras e indígenas.

Na esteira disso observamos que a educação pode ser um espaço de resistência e reconfiguração de identidades. Bellestrin (2013, p.7) afirma que "uma educação que não reconhece as diversidades culturais é uma educação que perpetua as desigualdades". A ressignificação do currículo escolar, portanto, deve incluir a valorização das narrativas afro-brasileiras e indígenas, promovendo uma educação que dialogue com as experiências e realidades das crianças.

Segundo Bellestrin (2013, p. 11) "é essencial que o currículo escolar inclua representações positivas e plurais das diferentes infâncias, permitindo que todas as crianças se reconheçam e se sintam pertencentes". Isso requer não apenas a inclusão de conteúdos diversos, mas também a formação de educadores capazes de mediar essas discussões de forma crítica e reflexiva.

Assim sendo, a análise decolonial propõe uma crítica às estruturas hegemônicas que moldam a educação. Em "Infâncias Negras" (2023), a obra explora como as infâncias negras são frequentemente sub-representada ou representadas de maneira estereotipada. Essa percepção é corroborada por Segato (2021, p. 8), que ressalta a importância de "reconhecer a pluralidade das experiências de infância e a necessidade de uma educação que respeite essas diversidades". Assim, a educação infantil deve se tornar um espaço onde as crianças possam ver suas identidades refletidas positivamente.

Gomes (2020) complementa essa discussão ao abordar a relevância da formação de educadores para a implementação de práticas decoloniais na educação infantil. A autora defende que é imprescindível que os profissionais da educação estejam conscientes das questões raciais e das estruturas de poder que moldam as relações

sociais. A formação continuada e a reflexão crítica sobre as práticas educativas são fundamentais para que os educadores possam atuar de forma efetiva na promoção da igualdade racial e na valorização da cultura afro-brasileira.

A análise decolonial proposta por Gomes e Araújo (2023) não se limita apenas ao conteúdo curricular, mas abrange também a forma como as relações interpessoais e a dinâmica das salas de aula são construídas. A obra sugere que é necessário criar um ambiente educativo que possibilite às crianças negras verem suas histórias e culturas refletidas de maneira positiva, contribuindo assim para a formação de uma autoestima saudável e para a construção de uma identidade forte e consciente. Além disso, a ressignificação do processo de colonização na educação infantil não deve se restringir apenas ao ambiente escolar. A participação da comunidade e das famílias é crucial para fortalecer essa abordagem. Atividades que envolvam a comunidade, como contação de histórias, oficinas culturais e festivais, podem criar um espaço de diálogo e troca de saberes, enriquecendo a formação das crianças e criando laços mais fortes entre escola e família.

Em síntese, destaca-se a importância de uma abordagem decolonial na educação infantil, enfatizando a necessidade de ressignificar o processo de colonização para promover uma educação inclusiva e justa. A obra "Infâncias Negras" (2023) serve como um convite à reflexão e à ação, instigando educadores e pesquisadores a repensar as práticas pedagógicas e a valorizar as identidades plurais das crianças. A partir das contribuições de autores como Segato (2021), Gomes & Araújo (2023) e Bellestrin (2020, 2023), torna-se evidente que a educação tem o potencial de ser um campo de transformação, capaz de desafiar as narrativas coloniais e construir um futuro mais equitativo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos recursos de construção de dados mobilizados pelos fichamentos dos textos selecionados, nossa pesquisa identificou como ideia central de problematização a questão da **decolonização dos sujeitos historicamente excluídos** num contexto de socialização da desigualdade social mobilizada pelas relações de poder eurocêntricas. Desse modo, os resultados da pesquisa procuram problematizar modos de resistência a esse processo de colonização das infâncias negras. Assim sendo, com o intuito de construir caminhos potentes para pensar o processo de descolonização das infâncias

negras, Segato (2021) defende que um currículo descolonizado deve ir além da mera inclusão de autores e narrativas afro-brasileiras. É crucial que as práticas pedagógicas integrem uma pedagogia da escuta, onde as vozes e experiências das crianças negras sejam centrais. Isso significa criar um espaço onde as crianças possam se ver representadas e, ao mesmo tempo, questionar e criticar a história oficial que frequentemente marginaliza suas identidades. Na esteira disso, Gomes e Araújo (2023) abordam a importância da construção da identidade desde a primeira infância. As crianças negras, muitas vezes, enfrentam o desafio de se situar em um contexto que historicamente as silencia. Ao promover atividades que valorizem as tradições africanas e afro-brasileiras, como contação de histórias, danças e celebrações de datas significativas, os educadores ajudam as crianças a desenvolver uma autoestima saudável e uma consciência crítica sobre suas heranças culturais.

Numa perspectiva crítica da educação decolonial Bellestrin (2013) ressalta a necessidade de *formação contínua* para educadores, enfatizando que a desconstrução de preconceitos raciais deve ser uma prática constante. A formação deve incluir não apenas teorias sobre diversidade, mas também metodologias que incentivem práticas inclusivas. Isso pode ser feito por meio de oficinas que explorem a cultura negra e a história da resistência, permitindo que os educadores se tornem agentes de transformação dentro da sala de aula. Outro aspecto crucial é a relação entre família e escola. Gomes e Araújo (2023) apontam que para efetivar a ressignificação do processo educativo, é vital envolver as famílias no processo. As escolas devem promover espaços de diálogo onde as experiências e histórias familiares sejam compartilhadas e valorizadas, o que cria um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

Para repensar o empoderamento das infâncias negras há que se ressignificar o processo de colonização na educação infantil é um desafio que requer uma mudança paradigmática na forma como educamos nossas crianças. A educação deve ser um espaço de luta e resistência, onde as narrativas afro-brasileiras são não apenas reconhecidas, mas celebradas. A crítica ao eurocentrismo, conforme discutido por Segato (idem), é essencial para que as novas gerações compreendam as injustiças históricas e sociais que ainda persistem.

A inclusão de práticas pedagógicas que promovam a diversidade cultural, como as sugeridas por Bellestrin (2013), pode transformar a sala de aula em um espaço de acolhimento e valorização da pluralidade. É fundamental que as escolas adotem uma postura proativa em relação à formação de seus educadores, garantindo que eles tenham

as ferramentas necessárias para abordar questões raciais de forma sensível e informada. A partir das leituras de Gomes (2021, 2022) e Gomes & Araújo (2023) realizamos um quadro reflexivo sobre as possibilidades de descolonização do currículo

### 1. Descolonização do Currículo: Inclusão e Representatividade

<b>Área</b>	<b>Conteúdo sugerido</b>
<b>Literatura</b>	<b>Contos e poesias de autores negros e afro-brasileiros</b>
<b>História</b>	<b>História da resistência e contribuição dos povos africanos</b>
<b>Artes</b>	<b>Expressões artísticas afro-brasileiras (dança, música)</b>
<b>Ciências Humanas</b>	<b>Estudos sobre a diáspora africana e suas influências</b>

### 2. Quadro resumo das práticas pedagógicas sugeridas

<b>Prática Pedagógica</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Contação de Histórias</b>	<b>Valorizar narrativas afro-brasileiras</b>
<b>Atividades Artísticas</b>	<b>Expressão da cultura negra através da arte</b>
<b>Projetos Interdisciplinares</b>	<b>Integração de saberes e respeito à diversidade</b>

Como podemos observar no quadro acima, é fundamental ressignificar o processo de colonização na educação infantil, uma necessidade urgente, dado que a inclusão de narrativas afro-brasileiras no currículo, conforme discutido por gomes (2019), não deve ser vista apenas como uma ação pontual, mas como um processo contínuo de reflexão e prática crítica. A ausência de representatividade no currículo perpetua estigmas e limita a formação identitária das crianças. Além disso, a construção da identidade, abordada por Gomes e Araújo (2023), deve ser uma prioridade nas práticas educativas. O fortalecimento da autoestima das crianças negras, através da valorização de suas

culturas, contribui para um desenvolvimento mais saudável e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas heranças.

Por fim, a formação e a capacitação dos educadores são fundamentais para a implementação de uma educação decolonial. Como destacado por Bellestrin (2013), é necessário que os educadores estejam preparados para lidar com as questões raciais e culturais de maneira sensível e informada. Este processo deve incluir formação contínua e a criação de espaços de diálogo entre educadores, famílias e a comunidade.

A resignificação do processo de colonização na educação infantil, à luz das contribuições de Segato, Gomes e Araújo, e Bellestrin, é um passo decisivo para a construção de uma educação mais justa e equitativa. A promoção de práticas pedagógicas inclusivas, a valorização da cultura negra e a formação crítica dos educadores são elementos essenciais para garantir que as crianças negras se sintam representadas e valorizadas em sua trajetória educativa. A luta pela descolonização da educação é, portanto, um compromisso coletivo e contínuo que deve ser abraçado por todos os envolvidos no processo educativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como aponta Gomes e Araújo (2023), "a construção da identidade negra deve ser uma prioridade nas práticas educativas, pois a educação é um espaço de formação de cidadãos críticos e conscientes de suas heranças culturais." Nesse sentido, as práticas pedagógicas que incorporam a cultura afro-brasileira contribuem para que as crianças negras se vejam representadas, fortalecendo sua autoestima e autoconfiança. A interação entre o movimento negro e a práxis docente é essencial para essa transformação, pois permite que as vozes e experiências das comunidades negras sejam integradas ao currículo escolar.

A obra "Infâncias Negras" (2023) traz à tona a importância de uma educação que não apenas reconheça, mas que celebre a diversidade cultural. Como destaca Segato (2021), "a educação deve ser um espaço de resistência contra a colonização cultural". A adoção de uma abordagem decolonial na educação infantil é fundamental para romper com narrativas hegemônicas que marginalizam a cultura negra e perpetuam desigualdades raciais. Durante a realização deste estudo, ficou evidente que a introdução de conteúdos que abordam a história e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros nas salas de aula resulta em um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

Ao final dessa jornada discursiva pudemos concluir que o campo do pensamento decolonial nos mobilizar um olhar potente para denunciar o processo de governo da vida que as infâncias negras são submetidas por diferentes estratégias de dominação do pensamento utilitarista da colonização do poder sobre os sujeitos negros. Dessa forma, esperamos que a nossa reflexão possa despertar novas reflexões para que as infâncias negras sejam compreendidas como um sujeito social autônomo protegido pelo rigor e empoderamento da práxis docente emancipada pelos saberes ancestrais do povo afro-brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ESTEBAN, Maria, Paz. Sandin. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução Miguel Cabrena. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. São Paulo: UBU, 2021.
- GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOMES, Nilma Lino; DE ARAÚJO, Marlene. **Infâncias negras: Vivências e lutas por uma vida justa**. Editora Vozes, 2023.
- \_\_\_\_\_. **O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**, 2018. IN: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Autêntica, 2018.
- \_\_\_\_\_. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Editora Vozes, 2022.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo editorial, 2019.
- Müller, Fernanda; Carvalho, Ana Maria. **Teoria e Prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. São Paulo: Vozes, 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013
- SEGATO, Rita Laura. **A cultura e suas vozes: uma análise sobre a colonização e a subalternidade**. São Paulo: Editora Bazar do Tempo, 2021.
- SEGATO, Rita Laura. **Antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.